

Domínio e dependência nas relações políticas entre Sobas e a Administração Portuguesa na Angola do século XVIII

Dominion and dependence in political relations between Sobas
and the Portuguese Administration in 18th century Angola

Luana Mayer*, Gabriella Araújo**, Jessica Dantas***, Mariany
Mathias**** e Lara Oliveira*****

Resumo

As cartas patentes aqui transcritas fazem parte da documentação da administração portuguesa do século XVII em Angola, e são um dos poucos registros sobre os sobados centro africanos, que fazem referência a questões políticas internas, evidenciando a agência dos Ambundos, detalhes de suas práticas políticas e sociais. Essas cartas estão no Projeto Acervo Digital Angola-Brasil (PADAB) e fazem parte do trabalho de identificação e indexação de documentos do Arquivo Histórico de Angola, cujo objetivo é analisar e publicar fontes que evidenciem as conexões históricas e culturais entre Angola e Brasil.

Palavras-chave: Líderes Africanos; Administração Portuguesa; Política.

Abstract

The patents transcribed here are part of the documentation of the Portuguese administration, from the 17th century, and are one of the few records on the central African sobados, which make reference to political issues internal to them, evidencing the agency of the Ambundos, their political and social practices. These letters are in the Projeto Acervo Digital Angola-Brasil (PADAB) research collection and are part of the document identification and indexing work of the Angola Historical Archive, whose objective is to analyse and publish sources that show the historical and cultural connections between Angola and Brazil.

Keywords: African Leaders; Colonial Administration; Politics.

* PUC- Rio. E-mail: mayer.luana85@gmail.com.

** PUC- Rio. E-mail: gabriella.o.s.araujo@gmail.com.

*** PUC- Rio. E-mail: jessica_t.dantas@yahoo.com.br.

**** PUC- Rio. E-mail: marianymathias@hotmail.com.

***** PUC- Rio. E-mail: lara.oliveira.reis@gmail.com.

Comentário

Os documentos aqui descritos são cartas-patentes passadas pelo governador de Angola Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, em 1724 e 1728, na cidade de São Paulo de Assunção de Luanda, no então Reino Angola (região de ocupação portuguesa das terras do antigo Reino do Ndongo).

A primeira carta, por exemplo, deixou registrado para posteridade a confirmação de que Dom Domingos era o “soba e o senhor das terras de Bango Aqueza”, em Angola. O documento em questão foi escrito a pedido do próprio soba Bango Aqueza, que havia sido eleito por seus macotas, mas precisava da confirmação da autoridade colonial, no caso, o governador de Angola. Dom Domingos se coloca como “um leal vassalo” do Rei de Portugal, como seu pai Dom Simão havia sido outrora enquanto governou o sobado Bango Aqueza.

Os documentos integram o código 300-C-20 do AHA (Arquivo Histórico Nacional de Angola), que é um livro de cartas-patentes. De acordo com as regras da Diplomática, uma carta-patente é um:

“documento diplomático comprobatório de concessão, descendente. É o diploma concedido pelo Rei atestando a concessão de títulos, postos militares e outros privilégios. Também pode ser concedido por autoridade delegada dentro dos limites de sua jurisdição. Esse direito, em geral, vem fixado no regimento recebido por esta autoridade quando do início de sua gestão.” (BELLOTTO, 2002, p. 53)

Das 67 cartas-patentes contidas no código, apenas duas tratavam dos líderes locais, os sobas. O que mostra a importância do documento, pois é difícil encontrarmos na documentação da administração portuguesa registros sobre os sobados e questões políticas internas a eles.

O ato de se avassalar vinha acompanhando de uma série de obrigações, inclusive tributárias. O avassalamento dos *Sobas* a Portugal garantia aos portugueses acesso às estradas interioranas de Angola, acordos comerciais, mão de obra e tributos anuais em forma de escravizados e produtos agrícolas (além de azeite e animais). Para os líderes africanos, a cerimônia podia garantir mais aliados para enfrentar inimigos. A vassalagem teve origem nas cerimônias de *undamento* dos centros políticos africanos, eram ritos de posse das novas lideranças dentro dos sobados. (CARVALHO, 2015). Os portugueses tinham por objetivo ter acesso ao interior do território, que se consagrou na documentação como terras da Conquista (FERREIRA, 2001), para adquirir mais africanos escravizados, garantindo tributos e lucrando com o tráfico transatlântico de pessoas.

Partindo da visão institucional portuguesa, o avassalamento era um pacto político acertado de maneira “consensual e acordada”, mediante o qual ficavam estabelecidas algumas condições ou cláusulas, também chamadas de “direitos e deveres”, que ambas as partes deveriam respeitar de maneira isonômica e recíproca, mas que não funcionava de forma tão igualitária na realidade das práticas políticas. Assim, os titulares políticos do sobado Bango Aqueza submetiam-se ao rei português e, em troca desse acordo que se baseava em proteção, eram obrigados a oferecer escravizados e garantir ajuda militar.

No caso do avassalamento em questão, podemos observar essas trocas de favores de forma clara ao longo da carta, quando é dito que, enquanto se manter fiel a sua vassalagem e aos acordos com a Coroa, Dom Domingos Bango Aqueza gozará de todas as honras, privilégios, liberdade e franquezas que os sobas anteriores também haviam gozado. Assim, demonstrando a necessidade do soba de honrar, obedecer e estar a postos para qualquer serviço solicitado pelo rei luso ou governador, em Luanda, e comprometer-se a prestar fidelidade e respeito à Coroa portuguesa.

O título *Soba* (também escrito “souva”, na documentação portuguesa) se aplica a uma autoridade local da região do antigo reino do Ngola, o Ndongo, que preside sobre um sobado. O sobado é uma povoação que pode ter múltiplas plantações e produções, onde as pessoas dependentes do Soba residem. O número de dependentes de um sobado é diretamente proporcional ao poder do Soba. O Soba deve ser eleito pelos macotas, e seu poder deve ser consolidado pela sua relação com a ancestralidade local. O Soba tem o dever de administrar seu território e fazer a mediação com o mundo sobrenatural. Durante o período colonial, alguns Sobas aceitaram se tornar vassalos do rei de Portugal, porém mantiveram uma certa autonomia para a administração do sobado. Os Sobas também tiveram um papel no tráfico de escravizados, pois podiam conceder e ajudar os portugueses a obtê-los. No entanto, os Sobas nem sempre trabalhavam em conjunto com os portugueses, e alguns se rebelaram contra o poder colonial.

No caso de Domingos Bango aqueza, observa-se a diplomacia na maneira como o escrivão documentou o título de “Dom”, que tanto Dom Domingos Bango aqueza e Dom Simão Bango aqueza possuem. A hierarquia do mundo luso se sobrepunha a local. Ao ser eleito pelos Makotas, o novo Soba buscou Estevão Joseph de Lima para registrar a legitimidade de seu título aos olhos da lei colonial portuguesa. Dessa maneira, ele é julgado “apto, e suficiente para exercer o dito Souvado” (fl. 78), e o documento confirma seu título. É interessante notar, no entanto, que segundo o documento, a autoridade de Bango aqueza pode ser retirada pelo rei ou pelo governador geral de Angola. A vassalagem pode ter garantido a sobrevivência política de muitos sobados, como Bango aqueza, contudo, percebemos os conflitos inerentes à situação colonial, já que a autoridade do Soba vassalo dependia do reconhecimento das autoridades régias.

O título “Bango aqueza” não aparenta ter sido registrado em outros documentos. No entanto, provavelmente se refere ao território do Sobado, que leva o mesmo nome. No relato das guerras angolanas do militar Antônio Oliveira Cadornega, do século XVII, aparece um Quilamba próximo a Cambambe, o “Quilamba Queza Cambango” (1972, v1, p.242), seria uma associação a Bango Aqueza? Sabemos que os quilambas eram “capitães de guerra preta”, ou seja, era como os portugueses chamavam os que lideravam as tropas africanas de sobas vassalos que lutavam suas guerras. Os quilambas ganhavam terras dos sobas avassalados quando tinham uma boa atuação militar. Essas terras eram dadas como recompensas aos quilambas pela administração portuguesa em Angola. Isso gerava uma animosidade intensa entre os sobas, pois os quilambas se instalavam em suas terras e eles próprios tornavam-se sobas. Sabemos que na língua kimbundu, o prefixo ka significa autoridade, poderia ser então que o Quilamba Queza Cambango seja o Bango Aqueza da documentação transcrita. E através do nome ficaria registrado que seu

líder era um importante capitão da guerra preta, considerado autoridade relevante na região. Seria essa a origem do Bango Aqueza? Beatrix Heintze e Jan Vansina sugerem que os *ilamba* poderiam se tornar *sobas* com o tempo (HEINTZE, 2007, p. 451; VANSINA, 2005, p. 7 e 8). Talvez esse seja um indício de uma história mais longa desse título político que teria relações com os portugueses ao menos desde o século XVII. Quiçá tal aliança começou com o auxílio militar dos líderes Bango Aqueza.

Os *sobas* não dominavam sozinhos os *sobados*, os *macotas*, citados no documento eram muito importantes para a organização social e política. Antes de realizar uma breve explicação de quem eram os *Makota* é necessário que se explique como eram as relações familiares em Angola. Cada sociedade africana realizou a sua própria organização familiar. Obviamente, muitas características foram compartilhadas pelos diversos grupos, mas cada uma vai apresentar particularidades que as define.

Entre os *Ambundos*, como os missionários e viajantes chamavam os povos originários da região, quem decidia o novo líder dos grupos eram os mais velhos, os “tios” da linhagem, também chamados *Makota* (ou *Kota*, no singular). Eles eram uma espécie de conselheiros e guardiões do grupo e, para que um novo líder fosse escolhido, deveria ser aprovado pelos *Makota* (ALFAGALI, 2018, p.49).¹

Por causa da imigração forçada dos povos da África Centro-Occidental, a palavra *Makota* se estabeleceu no vocabulário brasileiro, e manteve o seu significado original, contudo ela ganhou um novo espaço e novos agentes. *Makota* é usado em religiões de matrizes africanas para denominar aquele que substitui a Mãe ou o Pai de Santo quando estes não estão presentes. A raiz do seu significado continua a mesma – ainda é designada para pessoas mais velhas e/ou próximas na linha de sucessão.

Há também de se destacar o papel político que as mulheres desempenham nessa sociedade. Sabemos que existiram *sobas* mulheres durante o século XVIII e que as mulheres podiam assumir papéis importantes como as donas de Luanda e Benguela (ALFAGALI, 2018, p. 51 e 52; CANDIDO, 2019). Ou mesmo a famosa liderança D. Ana de Souza, ou Njinga Mbandi, que durante o século XVII se tornou uma importante liderança *Ambunda*, rainha de Matamba. Nesse sentido se faz necessário problematizar mulher e gênero em contextos não ocidentais, como nos lembra Oyèrónkè Oyèwùmí que nos alerta da necessidade em fugir dos conceitos universalidades pelas limitações que possuem. No seu estudo, Oyèwùmí nos apresenta conceitos de famílias não generificadas e sociedades que tem como eixo organizador a senioridade (2021). Nesse sentido, podemos pensar que as *Donas* apresentadas nos documentos seriam importantes lideranças políticas, pois assumem um protagonismo político no conselho por serem a esposa principal, digna inclusive de nota na documentação oficial. O que

¹ O dicionário Kimbundu, vai chamar a atenção que a palavra *Kota* é uma abreviação da palavra *Rikota*. Logo, a forma integral do singular de *Makota* seria *Rikota*. Os dois termos significam coisa similares, não havendo problema no seu uso reduzido.

nos remete na quantidade de mulheres que assumiram posições de liderança e foram apagadas ao longo da história.

Donna Luiza de Pedro e Dona Catarina Antonio, referidas nos documentos, empregam um papel político que molda a estrutura social e cultural de grande parte das sociedades africanas. Seus nomes são citados na carta oficial de confirmação apontando que ocupavam uma posição de prestígio conhecida como *Envale* ou *Muene Nwale*. No caso, a primeira é mulher do soba principal e mãe do escolhido para ser o líder sucessor. *Envale* é a principal mulher de um Dembo² ou Soba, e tal privilégio permite que esta possua uma posição hierárquica diante das demais esposas do marido, além de obter influências administrativas na localidade.

Diversas sociedades africanas são matriarcais, ou contrapõem a exclusiva liderança masculina. Sendo assim a posição ocupada pelas mulheres delinea a organização política e social dessa comunidade assim como seus futuros governantes. Nestes casos, o documento traz uma ruptura nas tradições sociais de Bango Aqueza, onde o novo soba eleito já não é escolhido pela linhagem da mãe, mas sim pelo do pai. Essa fonte mostra que as noções de sucessão matrilinear, normalmente empregadas para definir o parentesco entre os Ambundos, pode ser insuficiente, ou ainda, pode indicar as influências trazidas pelo domínio luso. No entanto, a fonte permite que sinalizemos a importância da presença feminina de *Envale*, mostrando que mesmo diante transformações que garantiriam os acordos comerciais e políticos, Portugal reconhecia o papel da mulher naquela sociedade, reconhecendo seu lugar político.

A carta patente de D. Domingos Ignácio Muene Vungi foi escrita quatro anos depois da carta de Bango Aqueza, em 1728. Dom Domingos Ignácio Muene Vungi, solicitava à administração colonial sua carta de confirmação de que era o novo Senhorio de Muene Vungi, eleito por todos os seus Makota em ocasião do falecimento de seu pai, o antigo Muene Vungi, D. Domingos Pedro.

A diferença das duas cartas patentes é que Muene Vungi se tornou também Soberano de morinda e Quijico, após o falecimento do Dom Luiz Manuel. Tal menção é uma referência à escravidão interna e seu funcionamento, Muene Vungi era senhor de escravos e livres. “Muene” ou Mani são referências nas línguas locais a senhor ou senhor de terras. Quijicos eram como os Ambundos denominavam quem não possuía linhagem e por isso era considerado escravizado. Já os Morindas, seriam os Ambundos livres, que possuíam linhagem reconhecida, pertencendo à comunidade.

No antigo reino do Ndongo, de acordo com Beatrix Heintze a escravização tinha uma importância política e econômica. Pois era através dos seus Quijicos que o rei do Ndongo, pagava seus tributos, seus presentes e dependia deles como reforço militar (2007, p.485) Para

² *Ndembu* é o singular, *jindembu* é o plural. Na documentação africana e colonial, a palavra *Ndembu*, em Kimbundu, foi substituída pela palavra *Dembo* em português. *Ndembu* pode tanto significar um título político como região geográfica (as terras dos Dembos, o distrito dos Dembos, etc.). Do ponto de vista da organização política, o *Ndembu* era uma autoridade superior à do *soba*, o *Dembo* tinha outros *sobas* sob a sua jurisdição. A localização deles ficava entre os rios Lifune ao Norte, Rio Longa ao Sul e Kwango ao leste e eram próximos comercialmente do Reino do Congo. (MADEIRA SANTOS & TAVARES, 2002, p. 387-396)

Heintze, “havia uma hierarquia entre os diversos tipos de escravizados”. Os prisioneiros de guerra eram os “menos afortunados”, sendo inclusive utilizados em sacrifícios humanos. O grau de “integração do escravizado no seu próprio sistema sócio-político” era levado em conta no momento de incorporá-lo na nova sociedade; dito de outro modo, a posição hierárquica que ocupava em sua comunidade de origem era considerada no momento de lhe atribuir novas funções (2007, p.486).

Dom Domingos Ignácio esperava que sua confirmação pela autoridade colonial, trouxesse “posse pacífica do dito sobado” nos levando a indagar sobre as disputas internas que ali ocorriam.

O militar português Antônio de Oliveira Cadornega cita um "Sova Mani Vungi", em sua relação das guerras de Angola no XVII (1972, v.3 p. 232). Mani Vunji é citado como soba próximo a Luanda. Seria o "Muene Vungi" que encontramos para o XVIII, Indicando a sobrevivência do sobado em um período conturbado por guerras internas, nas quais muitas lideranças centro africanas não resistiram? Será que estar avassalado a Portugal seriam alguns dos motivos para sua longa permanência? Essas são algumas das questões que a leitura da documentação suscita e que merecem futuras investigações.

Carta passada ao soba Bango Aqueza ³

[fl. 78]

Antonio de Albuquerque Coelho Carvalho etc. Faço saber aos que esta minha carta de confirmação virem que tendo respeito ao que por parte de Dom Domingos Bango aqueza natural de Bango aqueza filho do Souva Dom Simão Bango aqueza e de Donna Luiza de Pedro se merepresentou que elle estava eleito [por] Souva e Senhor das terras de Bango aqueza por todos os seus mactas das ditas terras e para haver de lograr [com quietação], me pedio lhe fizesse mercê de confirmar nelle e tendo respeito a [referido], eo mais que se me representou e Ser o dito Dom Domingos Bango aqueza apto, esuficiente para exercer o dito Souvado e em tudo o do que for encarregado do Real Serviço se haverá com bom procedimento com respondendo a feê de leal vassalo com forme a

³ 1724,09,06 Carta de confirmação de Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, governador do reino de Angola, ratificando que Dom Domingos Bango aqueza foi eleito para Sova e Senhor das terras de Bango aqueza. Local: Luanda. Projeto Acervo Digital Angola-Brasil/PADAB, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/IHGB 126 DVD08,07 DSC00010 Códice 300-C-20-1 – Arquivo Histórico de Angola secção: Cartas e patentes, 1724-07-11 / 1729-03-10; 238 folhas.

confiança que faço de Sua pessoa: Hey por bem de ocom fir
mar e por ver ao dito Dom Domingos Bango aqueza como por esta o
faço em nome de Sua Magestade que Deus guarde no dito Souvado, e Senhor
das terras de Bango aqueza para que o seja exercite por enquanto eu o hou-
ver por bem ou Sua Magestade naó mandar o contrario e com elle
gozara de todas as honras e privilegios liberdades e exencoms (sic) e fran-
quezas que em Rezaó do dito Souvado lhe tocar assim ade maneira
que sempre gozaraõ seus antecessores: Pello que mando
a todos os macottas das ditas terras e ma[corroído] sujeito ao dito
Souvado conhecao (sic) ao dito Dom Domingos Bango aqueza
por Souva, e Senhor das terras de Bango [aqueza] [corroído] se
o honre estime e respeitem e obedecao [corroído]

[fl. 78v]

[à margem esquerda: D. Simão Bango Senhor das terras de Bango aqueza]

que o dito Dom Domingos Bango aqueza esta sempre
obrigado para todas as [cousas] que forem do serviço de Sua
Magestade de que for encarregado por mim emeus [Sucesso]
[res]: e por firmeza de tudo lhe mandei passar a prezente por
mim assinada esellada com o signete grande de min-
has armas a qual sera registrada nos livros da Secretaria deste
Reino e donde mais tocar. Dada nesta cidade de Sao
Paulo de Assumpcaó aos seis dias do mês de
Setembro: Estevaõ Joseph de Lima a fiz: anno do
Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1724// se-
cretario Joaõ Coelho de Lima a fez escrever// An-
tonio de Albuquerque Coelho de Carvalho etc.

Carta passada ao soba Muene Vungi 2⁴

⁴ 1728,08,08 Carta de confirmação Dom Domingos Ignácio Muenevungi, filho de Dom Domingos Pedro e de Dona Catherina Antonio, foi eleito senhor da Morinda e Quigico e Senhorio de Muenevungi por todos os macotas, em razão do falecimento de Dom Luis Manoel. Local: São

[fl. 218v]

[à margem esquerda] D. Domingos Ignacio

Muenevungi

Carta de con

firmação

Paulo Caetano de Albuquerque etc. Faço saberaos q estaminha carta de confirmação virem que por partede D. Domingos Ignacio Muenevungi filho de D. Domingos Pedro e de D. Catherina Antonio me foi apresentado que por falecimento de Dom Luiz Manoel fora eleyto senhor da Morinda e senhorio de Muenevungi portodos os macotas delle, e esta de posse pacifica do dito sovado e terrasdellesem interdica de pessoa alguma, e para melhor estabelecimento do seo dominio me pedia fosse servido de o confirmar nelle como leal vassalo de S. Magestade (sic) e tendo respeito ao referido, e esperar delle q [corroído] que for encarregado do real serviço se haverá comzelo, cuidado ebom procedimento. Hey por bem de o confirmar como por esta o faço no sovado e senhorio das terras de Muenevungi

[fl. 219]

de Muenevungi com o qual gozará de todas as honrarias e privilegios liberdades izençoens e franquezas que emrezaõ dellhe pertencem. Pelo q mando aos macotas emais pessoas pertencentes a Morinda Quigico eterras de Manivungy conheçam ao dito Dom Domingos Ignacio por seo legitimosova e como atal obedecam e respeitem como devem esam obrigados com declaração q o dito sova D. Domingos Ignacio sera obrigado aobedecer inteiramente todas as ordenz q por mim emeussucessorez lhe dorem dadaz , e acodira prontamente a tudo para que fornecessario do Real serviço e por firmeza de tudo lhe mandei passar apresente por mim assinada e selada com osinete grande de minhas armas a qualserá registada nos Livros da Secretaria deste Reino dadanesta Cidade de Sam Paulo de Assumpçam Reino de Angola

aos oito dias do mes de Agosto. Sebastiam Roiz [Rodrigues] a fez anno do nascimento de Nosso Senhor

Jezus Christo de 1728. o secretário de Estado Estevam Joseph de Lima a fez escrever e subscrevi. Paulo Caetano de Albuquerque.

Referências Bibliográficas:

- ASSIS JUNIOR, Antonio de. **Dicionário Kimbundu-Português**: Linguístico, botânico, histórico, Cartográfico. 1ª Edição. Cidade: Luanda Editora Argente, Santos & cia e Lda. Ano: 1963.
- ALFAGALI, Crislayne. G. M. "O método dos Antepassados": notas sobre a história dos sobados do reino de Angola (séculos XVII e XVIII). In: Lucilene Reginaldo; Roquinaldo Ferreira. (Org.). **África, margens e oceanos**. Perspectivas de História Social. 1ª ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2021, p. 369-398.
- _____. **Ferreiros e fundidores da Ilamba**: Uma história social da fabricação de ferro e da real fábrica de Nova Oeiras (Angola, segunda metade do séc. XVIII) Luanda: Fundação Dr. António Agostinho Neto, 2018.
- BOTÃO, Renato Ubirajara dos Santos. **Para além da nagocracia**: a (re)africanização do camdomblé nação angola-congo em São Paulo. 2007. 127 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93586>>.
- CANDIDO, Mariana. "As mulheres e o acesso à propriedade em Benguela no século XIX". In: Lucilene Reginaldo; Roquinaldo Ferreira. (Org.). **África, margens e oceanos**. Perspectivas de História Social. 1ª ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2021, p. 399-423.
- CARVALHO, F. M. **Do fundamento ao avassalamento**: ritos e cerimônias, alianças e conflitos entre portugueses e sobas do antigo Ndongo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.
- _____. **Sobas e Homens do Rei**: relações de poder e escravidão em Angola (séculos XVII e XVIII). Maceió, EDUFAL, 2015.
- FERREIRA, Roquinaldo. "Dinâmica do Comércio intracolonial: geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII)". In: FRAGOSO, João ET alii (orgs.) **O Antigo Regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001
- HEINTZE, Beatrix. **Fontes para a história de Angola do século XVII**. Memórias, relações e outros manuscritos da coletânea documental de Fernão Sousa (1622 – 1635). Stuttgart: Steiner – Verlag – Wiesbaden – GmbH, 1985.
- _____. **Angola nos séculos XVI e XVII**. Estudos sobre fontes, métodos e História. Luanda: Editorial Kilombelombe, 2007
- ITO, A. I. **Uma "tão pesada cruz"**: o governo da Angola portuguesa nos séculos XVI e XVII na perspectiva de Fernão de Souza (1624-1630). Ed. USP, 2016.
- TAVARES, Ana Paula; SANTOS, Catarina Madeira. **Africae Monumenta**: a apropriação da escrita pelos Africanos: volume I – Arquivo Caculo Cahahenda. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2002.
- VANSINA, Jan. "Ambaca Society and the Slave Trade c. 1760 -1845". **The Journal of African History**, v. 46, n. 1, 2005, p. 1 -27.

Transcrição recebida em 09/07/2021 e
aprovado para publicação em 03/11/2021